

A PRÁTICA LEXICOGRÁFICA: ONDE CIÊNCIA E ARTE SE ENCONTRAM

Maria Helena de Moura NEVES¹

- RESUMO: O objetivo do trabalho é refletir sobre o fato de que a prática lexicográfica moderna tem de se assentar em uma base gramatical consistente e, ainda assim, produzir obras que possam ser facilmente entendidas por usuários comuns.
- PALAVRAS-CHAVE: Dicionário; gramática; léxico; uso lingüístico.

Existe uma tradição lexicográfica que preside aos dicionários das línguas e que pode resumir-se no seguinte fato geral: para cada uma das entradas de um dicionário fornecem-se definições que constituem codificações semânticas fechadas em si e particulares, às quais o consulente deve submeter o item cujo significado ele precisa conhecer, num determinado momento de uso – passivo ou ativo – de uma língua.

Pela própria natureza desses dicionários – em que, desvinculadamente do uso, se busca oferecer um rol de significados potenciais –, o consulente acaba não conseguindo aproveitar muito bem as opções oferecidas: de um lado, o recorte do espectro significativo total deixa lacunas, e, de outro, ele comporta superposições, o que resulta em prejuízo para o cumprimento da finalidade maior da obra, que é a sua aplicabilidade ao uso lingüístico.

Sabemos, entretanto, que o dicionário é obra de respeito dentro de qualquer sociedade. Os dicionários da língua são verdadeiros monumentos dentro da cultura que se faz naquela língua e, com certeza, ocupam posição de destaque nas estantes das famílias que se querem letradas. Mas, no exercício real dos indivíduos como “animais que falam”, que papel tem, realmente, o dicionário?

Antigamente se chamava “pai dos burros” ao dicionário, o que, no fundo, envolve um preconceito: consulta-se o dicionário porque se ignora algo. Se hoje a expressão saiu de moda, o preconceito parece que continua, e muitas pessoas – até escolarizadas – preferem perguntar a outra qualquer “o que significa” isto ou aquilo a abrir um dicionário e lá tentar obter a informação de que precisam. E fica a questão: é mais fácil perguntar do que percorrer o dicionário, ou o caso é que é mais fá-

¹ Curso de Pós-Graduação em Letras – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

cil entender uma explicação do que as definições que o dicionário dá? Tenho uma experiência pessoal bastante interessante: certa vez dei um dicionário de português à menina Camila, de doze anos, e ela, para me mostrar que recebia com gosto o presente, abriu imediatamente o livro ganho para procurar uma palavra qualquer, não sem antes observar: "Vou procurar uma palavra que já conheço, porque dicionário é assim: se a gente procura uma palavra que não conhece, a gente não entende nada". Quer dizer: o dicionário perdeu todo o seu sentido. O pior foi que, depois de lida a definição lexicográfica da palavra procurada, a menina disse, desolada: "Não entendi nada! Eu não disse? Nem conhecendo a palavra adianta procurar no dicionário!".

O problema central que se pode detectar, no cômputo geral da utilização dos dicionários da língua, é, realmente, esse da pouca aplicabilidade das definições à utilização real da língua. E aqui volto à reflexão inicial, que diz respeito ao caráter hipotético, abstrato e artificial do seccionamento da massa de significação que, em geral, ocorre na delimitação do alcance de cada significado registrado para as entradas.

A reflexão sobre esse problema remete imediatamente ao papel da "colocação" da palavra nos enunciados, isto é, à sintagmatização – portanto, em última análise, à gramática. Em relação à conduta tradicional, de base essencialmente paradigmática, a preocupação com as "colocações" envolve o exercício das aplicações da contigüidade e, mais especificamente, da determinação dos "arranjos" que entre si os itens da língua estabelecem, nos enunciados.

Tomemos, como exercício, o substantivo *invasão*, que no *Aurélio* (Ferreira, 1986) aparece definido como "ato ou efeito de invadir". *Invadir*, por sua vez, traz as seguintes definições:

1 "entrar à força/de modo hostil em; ocupar à força; conquistar"; exemplo: *No século XV os bárbaros invadiram o Império Romano.*

2 "difundir-se em"; exemplo: *A água invadiu as ruas.*

3 "dominar, tomar"; exemplo: *Foi aí que uma saudade absurda o invadiu: a saudade do que não acontecera.* (Macedo Miranda, *As três chaves*, p.97)

4 "apoderar-se violentamente de; usurpar"; exemplo: *O poder executivo invadiu a competência do judiciário.*

Observa-se que a definição oferecida para *invasão* incorpora uma dependência total do corpo de definições oferecidas para *invadir*. E a pergunta inicial é a seguinte: até que ponto o leitor que já não saiba o que significa *invasão* se beneficiará do que lhe vem oferecido no dicionário para essa entrada ("ato ou efeito de invadir")? Ou, dito de outra maneira: até que ponto o consulente que não saiba o que significa *invasão* saberá transpor, por si, o percurso que vai das definições lexicográficas do verbo para as definições lexicográficas do nome? Vamos por partes.

Começemos pelo verbo:

- O corpo de definições dado para *invadir* abriga quatro grupos de acepções: as de números 1, "entrar", "ocupar", "conquistar"; 3, "dominar", "tomar"; e 4, "apode-

rar-se de”, “usurpar”, implicam uma natureza ativa/causativa do verbo; enquanto a de número 2, “difundir-se em”, implica uma natureza processiva do verbo (verbo de “processo”, nos termos de Chafe, 1970).

- No caso da definição de número 1, há, ainda, um hibridismo no conjunto dos três “sinônimos” oferecidos: enquanto “ocupar” e “conquistar” envolvem, além da ação, um processo, localizado no objeto (são verbos de “ação–processo”, nos termos de Chafe), “entrar” não se constrói com objeto afetado (é verbo simplesmente de “ação”, nos termos de Chafe). Dizendo de outra maneira, “entrar” não projeta as mesmas relações argumentais – e, portanto, não significa o mesmo – que “ocupar” ou “conquistar”.
- No caso da definição de número 2, por sua vez, a sugestão de uma natureza processiva do verbo, dada pela acepção “difundir-se”, não se confirma no exemplo dado (“A água invadiu as ruas.”) – e nem poderia confirmar-se, já que não parece ser possível uma ocorrência do verbo *invadir* que apresente o sujeito como afetado (verbo de “processo”), que é o que ocorre com “difundir-se”. Observe-se, aliás, que uma indicação de *invadir* como verbo de processo nem se coadunava com a definição do substantivo correspondente – *invasão* – dada no dicionário (“ato” ou “efeito”).

O que parece claro é que o estado de coisas que as predicções com verbo *invadir* necessariamente expressam implica um causativo/agente e um afetado, e isso fica envolvido na nominalização correspondente (que é, então, de ação–processo). O substantivo *invasão* carrega, pois, potencialmente, as duas “unidades semânticas” (Chafe, 1970) que estão presentes no verbo – ação e processo – e um estado de coisas que tenha *invasão* (nome valencial) como predicador envolve esses traços.

Isso fica muito claro quando se observam as diferentes construções desse nome:

1 Como em *invasão* está implicada sempre uma ação, é possível apresentar-se explícito o agente (na forma de *de* + substantivo, na forma de oração relativa, ou na forma de adjetivo). A atualização dessa possibilidade construcional, com certeza, faz prevalecer a “atividade”: “*invasão* (dos bárbaros / que os bárbaros empreenderam / bárbara)”.

São algumas ocorrências que encontrei no *corpus* que serve de base às investigações que aqui empreendo:²

- *invasão* dos holandeses – (BOI)
- *invasão* de força estrangeira – (GUE)

2 O *corpus* analisado é o que serve aos projetos DUP (Dicionário de Usos do Português Contemporâneo do Brasil) e GUP (Gramática de Usos do Português Contemporâneo do Brasil), no Departamento de Linguística da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Campus de Araraquara.

- invasão dos bárbaros – (AVL)
- invasão da polícia – (MEN)
- invasão dos gringos – (GCC)
- invasão de turistas e estrangeiros – (VIS)
- invasão da imprensa – (MAN)
- invasão da classe média – (ISO)
- invasão dos gafanhotos – (GT)
- invasão das cobras – (PFI)
- invasão dos escorpiões – (SU)
- invasão de besouros – (SEN)
- invasão desses insetos – (ASV)
- invasão do rami chinês – (FSPDEZ)
- invasão dos computadores – (GD)
- invasão dos aparelhos *laser* – (IS)
- invasão do sarampo – (SMI)
- invasão de lembranças tristes – (CHI)
- invasão da mentalidade marxista – (MA-O)
- invasão holandesa – (HB)
- invasão carioca – (INT)
- invasão napoleônica – (NAZ)
- invasão gripal – (CF)
- invasão turística – (VEJ)
- invasão econômico-social-cultural – (FIC)

2 Como em *invasão* também está implicado um processo, é possível, do mesmo modo, apresentarem-se explícitos, além do causativo/agente (que então aparece na forma de *por* + substantivo), o afetado (na forma de *de/a* + substantivo, ou na forma de oração relativa): "*invasão* (do Império Romano/romana) (pelos bárbaros)".

São algumas ocorrências do *corpus*:

- invasão da igreja – (PD)
- invasão de domicílio – (NOF)
- invasão de propriedade – (SO)
- invasão de um terreno – (C-JB)
- invasão do espaço aéreo – (ESP)
- invasão da Normandia – (IS)
- invasão da cadeia – (CRO)
- invasão da delegacia – (AG)
- invasão de pizzarias – (INT)
- invasão de universidades – (MS-O)
- invasão do abdome – (SMI)

- invasão do campo de outro especialista – (PGN)
- invasão da intimidade – (MEN)
- invasão dos direitos – (ATA)
- invasão da Tchecoslováquia pelos tanques russos – (CRU)
- invasão do mercado por retirantes – (AF)
- invasão dos montes pelo povo – (AR-O)
- invasão do Rio pelos índios – (Q)
- invasão das ruas pelo comércio – (OP)
- invasão da quadra por parte dos atletas – (FUT)
- invasão dos redutos por parte do vereador – (JC)
- invasão por bactérias – (HOM)
- invasão à Itália – (HG)
- invasão européia – (HG)

Vê-se, pois, que, quando o falante emite uma proposição, isto é, quando apresenta o estado de coisas como “fato possível” (Dik, 1989) num enunciado, ele valoriza um traço, ou outro, e o faz pela seleção das possibilidades construcionais que a língua põe à sua disposição. Se o predicador verbal *invadir* implica duas unidades semânticas (a ação e o processo), o predicador nominal *invasão* também deve implicar essas relações; entretanto, pode prevalecer a natureza ativa/causativa do nome predicador – o que é muitíssimo freqüente – ou a sua natureza processiva – o que é raríssimo –, já que dificilmente uma nominalização de verbo com “atividade” consegue minimizar esse traço a ponto de sugerir o seu apagamento. Em todo o *corpus* que examinei, com 231 ocorrências de *invasão*, encontrei apenas um exemplo que se poderia considerar como desse tipo, e ainda com reservas:

- *descobriram que a invasão do laboratório pelos eletrodomésticos não representa uma intromissão* (REA).

Pouco freqüente ou não, entretanto, pode-se supor que exista a possibilidade de um determinado emprego de *invasão* captar apenas o processo pelo qual passa uma entidade. O que tem de ser observado é que isso não fica abrigado na definição desse substantivo se ela se fizer como “ato ou efeito de *invadir*”.

Outro ponto a ser observado diz respeito ao fato de que o substantivo *invasão* pode ser empregado de modo absoluto, isto é, sem acionar o sistema de transitividade. Nesse caso, deixa de ser pertinente uma reflexão que invoque correspondência com a estrutura argumental do verbo *invadir*, e, assim, diferentemente do verbo, ele pode indicar apenas “ação” – significando algo como “entrada pela violência / pela força / com hostilidade” – e não implicar um complemento afetado:

- *O senhor acha que nós não devíamos ter tomado parte na invasão?* (IN).
- *A colocação da força policial no campus da Unb não foi uma invasão* (OL).

Outras indicações que não a do agente e a do afetado podem vir indicadas por “satélites” (Dik, 1989), especialmente locativos, como se vê em muitas ocorrências, das quais são exemplos

- *Com a invasão das hordas bárbaras nas províncias ocidentais do Império Romano, rompeu-se não só a unidade política, mas também a unidade da civilização* (HF)
- *a imprensa norte-americana que tachava o episódio como invasão da cultura africana na civilização ianque* (PEN)
- *certos setores do governo acreditam que é o único meio de impedir essa invasão da miséria num Estado que, afinal de contas, não tem nada com isso* (AF)
- *Foi a invasão vietnamita no Camboja, afirmou ele, que obrigou milhares e milhares de pessoas a fugir para a Tailândia* (CB)
- *A interferência da técnica sena a invasão do masculino sobre o sacrossanto domínio* (CLA)

Podem multiplicar-se ao infinito os exemplos de itens lexicais cujo tratamento envolve recursos às possibilidades construcionais para determinação do significado. Ocorre que, ponto nevrálgico na explicitação da gramática, a questão da estrutura da predicação tem de **conduzir** o modo de definição de todos os itens nela envolvidos. E aí chegamos a itens gramaticais, estes de resolução mais vinculada, ainda, à determinação das construções em que entram. Tomemos como exemplo privilegiado as preposições, e logo nos veremos no mesmo terreno em que nos movíamos.

Verifiquemos o tratamento que o *Novo dicionário brasileiro Melhoramentos ilustrado* (Prado e Silva, 1964) dá, por exemplo, à preposição *por*. A primeira coisa que se verifica é que o que vem como acepção geral da preposição é o sentido da construção inteira, fato que revela não terem sido levados em conta as relações de transitividade e os traços dos elementos em relação. Assim, este dicionário (1964) informa que as “relações” que a preposição *por* designa são, por exemplo

- “lugar onde se está de passagem” *breve estarei por lá,*
- “estado de inacabado” *trabalho ainda por fazer,*
- “estado” *estar por um fio, estar por morrer,*
- “modo”, “maneira” *escrever seu nome por extenso,*
- “permissão” *por mim, pode ir,*
- “desforra, ou pena de Talião” *olho por olho, dente por dente,*
- “reciprocidade” *ódio que tinham um pelo outro,*
- “lado”, “bando” *virou-o pelo avesso, para ver o que havia por dentro,*
- “objeto de amor, simpatia, devoção, ódio etc.” *paixão pela ciência,*
- “amizade, amor” *louco por sua mulher e filhos,*
- “superposição”, “qualidade” *ser tido por bom homem,*
- “consideração” *tenho-o por um grande homem,*

- "concessão": *por pouco que seja; azul por azul, prefiro o marinho;*
- "divisão", "distribuição": *o legado foi distribuído por várias instituições de beneficência;*
- "conclusão": *pelo que ele diz; pelo seu aspecto, pelo que vejo;*
- "a altura a que uma coisa chega": *a água dava-lhe pelo pescoço.*

Que pressupostos estão desconsiderados nessa apresentação? Primeiro, que cada preposição tem um significado lexical básico, ligado a seu papel de marcador, ou de atribuidor de caso. Segundo, que ela põe dois termos em relação, e que a natureza desses termos é um componente determinante na relação que se estabelece, tanto do ponto de vista sintático como do ponto de vista semântico. Assim, não é a *preposição*, em si, que indica "estado", "permissão", "desforra", "reciprocidade", "lado", "amizade", "consideração" etc., mas estes são resultados da contração de relações da preposição com os elementos lexicais que com ela se combinam.

Sabe-se que o assentamento sistemático nesses pressupostos – os pressupostos de uma gramática subjacente – não é usual, porém, nos dicionários tradicionais. É de esperar, porém, que tal determinação que as relações contraídas entre os itens exercem sobre o significado das construções fique bem explicitada num "dicionário de usos". E aí chegamos ao *Collins Cobuild English Language Dictionary* (Collins, 1987).

Que essa obra se pretende um dicionário do uso está escrito na abertura de sua Introdução: "*This dictionary is for people who want to use modern English. It offers accurate and detailed information on the way modern English is used in all kinds of communication. It is a useful guide for writing and speaking English as well as an aid to reading and understanding*" (p.xv).³

Verifiquemos como, nesse dicionário, se apresentam as informações gramaticais. Nosso exemplo é novamente uma preposição, a preposição *for*, que tem subentradas numeradas de 1 a 30. O que se registra, como informações gramaticais, é:

a) a classificação:

- PREP.;
- CONJ. SUBORD.

b) a construção:

PHR: USED AS an A⁴ (por exemplo, para dar conta da construção "*for the first time*" etc. – subentrada 19 –, como em *I met them for the second time last week*);

- PHR + NG: USED AS C⁵ (por exemplo, para dar conta da construção *not for* – subentrada 23 –, como em *Peace and prayer were not for him in his present mood*).

c) a ambiência/as restrições de seleção:

3 "Este dicionário destina-se às pessoas que queiram usar o inglês moderno. Ele oferece informação exata e pormenorizada sobre o modo como o inglês moderno é usado em todos os tipos de comunicação. É um guia útil para se escrever e falar em inglês, bem como um auxílio à leitura e à compreensão."

4 A é "adjunto".

5 C é "complemento".

- PREP., OR ADV. AFTER N/NUM./BE (por exemplo, para dar conta das construções: *There was a majority of 294 for war, with only 6 voting against... Are you for or against?* – subentrada 24).

Todos esses símbolos são exemplificados não como parte da Introdução, mas constituindo entradas independentes (na ordem alfabética das entradas do dicionário), cada um deles destacado por um quadro gráfico que indica que a informação é de natureza *gramatical*.

Espera-se que a leitura desses quadros vá compondo o suporte gramatical adotado. De fato, da leitura do quadro explicativo do símbolo A (adjunto), percebe-se, por exemplo, que elementos como *no bolso*, em “Ele pôs o papel no bolso” (“*He put the paper in his pocket*”), são considerados, na gramática adotada, adjuntos. Diz-se – aliás, em formulação circular –, que o termo *adjunto* “é usado em descrições de verbos intransitivos e transitivos que precisam ser seguidos por um adjunto”. Não se deixe de apontar que, para os autores, “precisar ser seguido” não configura a requisição de um complemento. Assim, tanto se considera adjunto o sintagma “*in his pocket*”, do exemplo citado, quanto “*full blast*”, ou “*at full blast*” (“a todo volume”), em “*A radio was going full blast*”. Por outro lado, a leitura do quadro referente a C (complemento) nos diz que esse elemento “fornece informação adicional sobre o sujeito ou o objeto de um verbo”; os exemplos são, respectivamente: “*It was terribly hot and airless*” (“Estava terrivelmente quente e abafado”) e “*I used call him babe when he was young*” (“Eu costumava chamá-lo bebê quando ele era jovem”). Daí se depreende que o que vem denominado como *complemento* é o “atributo”, o “predicativo” (seja do sujeito seja do objeto).

Informações sobre as “construções”, entretanto, são bastante ocasionais. Veja-se que, no verbete *for*, elas aparecem apenas nos três casos comentados. Perguntar-se-ia, então, se em casos como “*These books are for use in the library only*” – subentrada 26 – e em diversos outros casos, como, por exemplo, “*left for the fields*” – subentrada 20 –, não ocorre, também, um adjunto, como em “*for the first time*”, já discutido.

Se voltarmos às observações sobre o tratamento dado pelo Aurélio (Ferreira, 1986), a *invasão*, nas últimas ocorrências aqui trazidas como exemplo, podemos observar os mesmos reflexos de indecisão nos limites entre argumento afetado e argumento não-afetado, ou entre argumento (participante obrigatório) e satélite (participante não-obrigatório). Há, de fato, uma evidente imprecisão, quanto a isso, no tratamento de preposições, nos dicionários em geral, e, no caso do nosso exame, no *Collins Cobuild English Language Dictionary* (Collins, 1987), um dicionário declaradamente “do uso”.

Num dicionário dessa finalidade, aliás, é até fácil entender o que ocorre. A intenção de oferecer um “dicionário do uso”, afinal, naturalmente leva a uma preocupação de despojamento de informações gramaticais tão determinante que o suporte gramatical, que necessariamente teria de sustentar a sistematização, aparece

frouxo. Fica bem evidente que esse dicionário quer oferecer uma apresentação altamente despojada de aportes técnicos ou científicos. A primeira observação quanto ao “modo de apresentação” do dicionário é a de que “ele deve ser facilmente compreendido pelo aprendiz ao qual é destinado”, já que, “se o estilo de um dicionário é difícil demais ou condensado demais para os usuários, ele não tem utilidade” (p.xvi). Tem-se em vista, especialmente, que a explanação apresente “uma ilustração da palavra no seu contexto gramatical típico” (p.xvi). Assim, para se indicar que um verbo (como, por exemplo, “*to conceal*”, “ocultar”) tem, tipicamente, sujeito +humano e objeto -animado, simplesmente se inicia a definição dizendo: “*If you conceal something, you...*” (“Se você oculta algo, você...”) (grifos meus); por outro lado, para indicar que um verbo (como, por exemplo, “*to sink*”, “fazer descer”, “afundar”) tem um universo bem amplo de sujeitos típicos, incluindo tanto +humanos como -animados, mas tem o universo de objetos diretos restrito a *navio*, inicia-se a definição dizendo: “*To sink a ship means to cause it to sink, usually by attacking it with bombs, torpedos, or other weapons*” (“Afundar um navio significa causar que ele afunde, geralmente atacando-o com bombas, torpedos ou outras armas”). A indicação da existência de sentido metafórico se faz, por outro lado, com definições do tipo “*If you say (that)...*” (“Se você diz (que)...”). Resumindo, o que o dicionário pretende é que o usuário encontre a informação desejada tão fácil e rapidamente quanto possível. Isso inclui apresentar as definições absolutamente despojadas de toda informação especializada e despidas de todo jargão técnico.

Até palavras propriamente gramaticais prescindem de informações gramaticais explícitas. Confira-se que *for* (preposição e conjunção subordinativa, como se viu) tem todas as suas trinta definições vazadas em linguagem absolutamente comprometida com o uso do item. A que se reduz, então, a informação mais pertinente ao tipo de item em questão – um instrumento gramatical?

Antes da lista das trinta definições para *for*, o *Collins Cobuild English Language Dictionary* (1987) traz as seguintes informações gramaticais:

1 que *for* é usado como preposição depois de alguns verbos, nomes e adjetivos, com a finalidade de introduzir informação extra;

2 que *for* também é usado com alguns verbos que têm dois objetos, com a finalidade de introduzir o segundo objeto.

Estas indicações se concluem com a afirmação de que os parágrafos seguintes (trinta definições para *for*) “mostram as estruturas mais comuns nas quais *for* é usado”.

Se cruzarmos a primeira das informações com a definição de complemento (dada na explicação do símbolo C, como já foi apontado), concluiremos que o que é atribuído a *for*, nessa primeira informação, é a função de introduzir o *complemento* (já que é “introduzir informação extra” / “introduzir informação adicional”). Fica o incômodo de não se poder distinguir a segunda informação da primeira, em termos da função exercida pelo sintagma introduzido por *for*: a primeira informação (que remete a “complemento”) é apenas sintática. E pelas conceituações colhidas no

aparato que se detecta na obra, não se consegue estabelecer claramente a diferença entre os dois casos, já que a primeira das funções, a de “complemento”, a obra atribui tanto a argumentos (participantes obrigatórios) como a adjuntos (participantes não-obrigatórios, ou satélites de predicado).

O mapeamento da gramática subjacente à obra se complica ainda mais, quando se encontra, na definição 9 de *for*, a seguinte indicação, que, na verdade, é uma simples repetição daquela primeira informação gramatical dada no *caput* (e vinda, portanto, incidentalmente e não específica de um dos empregos apenas): “*For* é a preposição que tem de ser usada depois de alguns nomes, adjetivos e verbos, com a finalidade de introduzir mais informação”; os exemplos são do que tradicionalmente se chama “adjunto adverbial de finalidade”, como em “*The Social Security office will arrange for it to be paid to you*”, mas também são de complementos de verbos e de nomes, como em “*They were aiming for a double share*”, “*She’ll be responsible for all the illustration*” e “*You had to be ready for any emergency*”.

Essa definição 9 é a única “gramatical” (embora a serviço do informacional), destoando completamente das demais. O mais comum são definições em termos bastante leigos e extremamente semântico-pragmáticos, a ponto de se desviar o foco do papel da preposição para estendê-lo à palavra lexical que está na ambiência em que a preposição atua. Seja exemplo a definição 4 de *for*: “*If you work or do a job for someone you are employed by them*” (“Se você trabalha ou faz um serviço para alguma pessoa, você está empregado por ela”).⁶ O que ocorre neste caso é que a preposição *for* não é invocada para estabelecimento da acepção, ela é absolutamente ignorada, o que significa que a acepção diz respeito ao item lexical, não à preposição, o que torna estranha a definição.

E, de um modo que não seria de esperar, aqui se encontram os dicionários tradicionais – dos quais exatamente se pode dizer que trazem as palavras “em estado de dicionário” – e os dicionários que buscam jogar com o transporte das peças do léxico para o arranjo que constrói o sentido. E fica a pergunta: a dificuldade é inevitável? Ou, perguntando na contramão: é possível manter uniformemente uma base fincada nas previsões do sistema, para dar conta, em definições lexicográficas das entradas, das interpretações possíveis? Ou ainda: até que ponto a prática lexicográfica consegue puxar os cordões que retiram as “peças” do léxico, uma a uma, e, sistemática e regularmente, as distribuem e relacionam fazendo emergir os significados?

Seguramente não será o conjunto de indicações metalingüísticas que fará essa passagem, ou essa permeação. Isso que constituiria a *explicitação* da gramáti-

6 Confira-se, entretanto, que, no verbete “*work*”, diz-se desse verbo, quando sinônimo de “*be employed*”, simplesmente que “as pessoas que *trabalham* têm um serviço que são pagas para fazer” (“*People who work have a job which they are paid to do*”).

ca no dicionário poderia orientar o estudioso ou analista da língua, mas pouco ou nada diria ao usuário comum, que é o destinatário mais legítimo dos dicionários. Por outro lado, porém, o usuário comum, embora não abra o dicionário para ter lições de gramática, só tirará as últimas conseqüências da apresentação lexicográfica que tem à sua disposição se ela não fizer total abstração do sistema de regras que dá conta da relação entre som e sentido no uso da língua, isto é, se, num acoplamento de arte e ciência, o léxico for mapeado segundo as possibilidades construcionais da língua.

NEVES, M. H. de M. The lexicographic practice: when science and art come together. *Alfa (São Paulo)*, v.40, p.129-139, 1996.

- *ABSTRACT: The aim of this paper is to reflect on the fact that modern lexicographic job must lay on a consistent grammatical basis, and, nevertheless, produce works that can be easily understood by common users.*
- *KEYWORDS: Dictionary; grammar; lexicon; linguistic usage.*

Referências bibliográficas

- CHAFE, W. L. *Meaning and the Structure of Language*. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.
- COLLINS. *Collins Cobuild English Language Dictionary*. London: The University of Birmingham, 1987.
- DIK, S. C. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht-Holland: Foris Publ., 1989.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- PRADO E SILVA, A. (Org.) *Novo dicionário brasileiro Melhoramentos ilustrado*. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.